

3.ª Repartição

Por despacho de 21 do corrente mês:

Olimpia Barros de Campos, professora primária da escola mixta de Freixo, freguesia de Sorrazes, concelho e círculo escolar de S. Pedro do Sul — exonera-la a seu pedido.

Declara-se, para os devidos efeitos, que o professor Joaquim Heitor da Conceição, transferido da escola de S. Vicente de Louredo, concelho da Feira, por despacho de 25 de Abril último, publicado no *Diário do Governo* n.º 110, de 11 do corrente, é foi para 2.º lugar da escola da freguesia de Romariz, do mesmo concelho.

Por despacho de 21 do corrente mês:

Concedidas licenças aos seguintes professores primários:

Adelino Augusto da Fonseca, da escola da freguesia de Cerdeira, concelho e círculo escolar de Arganil — noventa dias por motivo de doença.

Virgínia Gertrudes da Silva, da escola para o sexo feminino da freguesia e sede do concelho de Ferreira do Zêzere, círculo escolar de Tomar — trinta dias, por motivo de doença.

Maria dos Anjos Alves Saraiva, da escola para o sexo feminino da freguesia de S. Romão, concelho de Ceia, círculo escolar de Gouveia — noventa dias, por motivo de doença.

Delfina Margarida Mota, da escola para o sexo feminino, 2.º lugar, da freguesia de S. Martinho, da cidade e círculo escolar da Covilhã — noventa dias, por motivo de doença.

Preciosa Amélia Teixeira, da escola mixta do lugar de Gozende, freguesia de Góve, concelho de Baião, círculo escolar de Amarante — sessenta dias, por motivo de doença.

Inês Margarida de Carvalho, da escola para o sexo feminino da freguesia de Benavila, concelho de Avis, círculo escolar da Fronteira — trinta dias por motivo de doença.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 21 de Maio de 1912. — Pelo Director Geral, *Culdeira Rebêlo*.

Direcção Geral da Instrução Secundaria Superior e Especial

3.ª Repartição

Por despacho ministerial de 1 de Maio corrente:

Nestor Augusto Xavier de Mesquita — nomeado professor provisório do liceu da Ilortá. (Tem o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 15 do corrente mês).

Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, em 21 de Maio de 1912. — O Director Geral, interino, *J. M. de Queiroz Veloso*.

Direcção Geral de Assistência

1.ª Repartição

Para os devidos efeitos se publica o seguinte despacho, visado pelo Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 12 de Abril último:

Abril 6

Francisco Cardoso da Silva Maia, proprietário e comerciante, Gabriel José dos Santos e António da Silva Cunha, proprietários e industriais — nomeados vogais da comissão de Assistência Pública do distrito do Porto.

Direcção Geral da Assistência, em 21 de Maio de 1912. — O Director Geral, *Augusto Barreto*.

Atendendo ao que me representou a comissão administrativa da Misericórdia do Funchal;

Vistas as informações oficiais e o disposto no artigo 438.º do Código Administrativo:

Hei por bem decretar, sob proposta do Ministro do Interior, que o quadro do pessoal da sobredita instituição fique constituído nos termos abaixo indicados e com os seguintes vencimentos anuais:

Um escrivão	360\$000
Um amanuense	216\$000
Um médico	180\$000
Um cirurgião principal	300\$000
Um cirurgião do banco (enfermeiro geral) com ração	250\$000
Um farmacêutico	180\$000
Dois enfermeiros subalternos a 108\$000 réis cada um e ração	216\$000
Uma regente com ração	108\$000
Um porteiro com ração	90\$000

Paços do Governo da República, em 18 de Maio de 1912. — *Manuel de Arriaga — Silvestre Falcão*.

Atendendo ao que representou o provedor da Assistência de Lisboa, pedindo autorização para que a Misericórdia de Lisboa possa levantar na Caixa Geral de Depósitos um empréstimo de 120:000\$000 réis com caução de títulos de dívida pública pertencentes a quele instituto, vencendo o juro de 5 por cento ao ano e amortizável em vinte anos, mediante a prestação semestral de 4:780\$347 réis, abrangendo juro e amortização, de-

vendo o dito empréstimo ser aplicado à construção de casas baratas e de rendas módicas para operários com família; e

Considerando quer o alto fim social que a dita proposta visa, quer a necessidade de acudir à crise de construções e conseqüente crise de trabalho, que tanto tem afectado a economia da capital; e

Vistas as informações oficiais:

Hei por bem, sob proposta do Ministro do Interior, autorizar o levantamento do referido empréstimo, nos termos propostos e sob condição impreterível da sua exclusiva aplicação ao fim designado.

Paços do Governo da República, em 18 de Maio de 1912. — *Manuel de Arriaga — Silvestre Falcão*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Conservatória Geral do Registo Civil

Despachos effectuados em 21 de Maio de 1912

Criado um posto do registo civil na freguesia de Almofala, do concelho de Castro Daire, que fica desanexada do posto do registo civil da freguesia das Monteiras, do mesmo concelho.

João Morais da Silva Júnior — nomeado ajudante para o referido posto.

António Felgueiras — nomeado ajudante do posto do registo civil da freguesia de Moreira, do concelho de Monção.

Licença

Bacharel Manuel Gomes Cruz, official do registo civil do concelho de Figueira da Foz — concedida licença de trinta dias. (Pagou os respectivos emolumentos).

Rectificação

Declara-se que o nome do ajudante do posto do registo civil da freguesia de Vila Cova, do concelho de Vila Rial, é José Teixeira Dias e não José Pereira Dias, como saiu publicado.

Conservatória Geral do Registo Civil, em 21 de Maio de 1912. — O Conservador Geral, *Germano Martins*.

Direcção Geral de Justiça

1.ª Repartição

Despachos effectuados nas seguintes datas, tendo o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 13 de Maio corrente, os que estão nos casos do artigo 44.º e seus parágrafos, da lei de 9 de Setembro de 1906.

Maio 11

Alfredo Augusto da Costa Brito Borges — demitido, em virtude de sindicância, do officio de escrivão do primeiro officio do 1.º juizo de investigação criminal de Lisboa.

João de Azevedo Pacheco — demitido, em virtude de sindicância, do officio de escrivão do primeiro officio do 2.º juizo de investigação criminal de Lisboa.

José Francisco Jorge Branquinho, escrivão do quarto officio do juizo de direito da comarca do Pêso da Régua — transferido, como requereu, para o primeiro officio do 1.º juizo de investigação criminal de Lisboa.

José Rodrigues Vieira, escrivão do segundo officio do juizo de direito da comarca de Odemira — transferido, como requereu, para o primeiro officio do 2.º juizo de investigação criminal de Lisboa.

Maio 18

Bacharel Bernardino José Leite de Almeida — declarado sem efeito o decreto que o transferiu do lugar de conservador do registo predial na comarca do Seixal para a do Castelo de Paiva, e colocado em idêntico lugar na comarca de Vila Nova de Fozcoa.

Bacharel José António de Sá Miranda Guedes — exonerado do lugar de sub-delegado do Procurador da República na comarca de Bragança.

José Julião Durão da Silveira; contador substituto da comarca do Cartaxo — nomeado definitivamente para o mesmo lugar.

Nomeados juizes de paz e substitutos dos distritos das comarcas abaixo designadas os seguintes indivíduos:

Comarca de Cuba

Vidigueira

Juiz — Anibal Freixiol.
Substituto — Francisco Rosa Seta.

Comarca da Horta

Castelo Branco

Juiz — José Francisco de Brum Júnior.
Substituto — Manuel Silveira Lial.

Outros

Juiz — José Mariano de Escobar Júnior.
Substituto — José Silveira de Medeiros.

Flamengas

Juiz — António Silveira Garcia.
Substituto — José Silveira Garcia.

Horta

Juiz — José Inácio de Cristo.
Substituto — José Ventura.

Pedro Miguel

Juiz — Salvador Horta do Amaral.
Substituto — António Patrício de Sousa Vargas.

Exonerado o juiz de paz do distrito de Ajuda, comarca de Lisboa, Júlio Alfredo Gaeiras.

Exonerados os substitutos dos juizes de paz do distrito de Bomfim, na comarca do Porto, do distrito de Valença, na comarca do mesmo nome, e do distrito de Verride, na comarca de Montemor-o-Velho.

António Dinis Lopes — nomeado substituto do juiz de paz do distrito de Marvila, comarca do Santarém.

Manuel dos Santos — nomeado escrivão do juizo de paz do distrito de Figueira da Foz, comarca do mesmo nome.

Demitido o escrivão do juizo de paz do distrito do Sacramento, comarca de Lisboa.

Maio 20

João Maia da Fonseca e Silva — exonerado, como requereu, do lugar de escrivão agrícola interino da Colónia Agrícola Correccional de Vila Fernando.

Maio 21

Alberto Mendonça Faro Lencastre Montenegro, escrivão do segundo officio da comarca de Cabeceiras de Basto — transferido, como requereu, para idêntico lugar no quarto officio da comarca do Pêso da Régua.

Joaquim António de Sousa o Sá, escrivão do primeiro officio da comarca de Esposende — transferido, como requereu, para idêntico lugar no segundo officio da comarca de Cabeceiras de Basto.

Bacharel Alexandre Henriques Torres — nomeado escrivão do primeiro officio da comarca de Esposende.

Bacharel António Baptista da Costa Furtado — aprovado para ajudante do conservador do registo predial na comarca de Fornos de Algodres.

Manuel Ferreira Rolo — nomeado official de diligências do juizo de direito da comarca de Agueda.

Licenças

Maio 20

Bacharel José Alberto Barata do Amaral, juiz de direito da comarca de Alcobaça — 30 dias, por motivo de doença. (Tem a pagar os respectivos emolumentos).

Maio 21

Bacharel José Maria de Andrade Saraiva, conservador do registo predial na comarca de Meda — autorizado a gozar 30 dias de licença anterior.

Por ter saído com inexactidões no *Diário do Governo* de 14 do corrente, novamente se publica o seguinte despacho:

Maio 8

Bacharel Pedro Bernardes de Miranda, notário na comarca de Odemira — 30 dias de licença, por motivo de doença. (Pagou os respectivos emolumentos).

Direcção Geral de Justiça, em 21 de Maio de 1912. — O Director Geral, *Germano Martins*.

Direcção Geral dos Eclesiásticos

1.ª Repartição

Despachos effectuados em 18 do corrente

Nos termos do artigo 104.º do decreto com força de lei de 20 de Abril de 1911, cedida a comissão paroquial da freguesia de Oliveira, do concelho dos Arcos de Valdevez, distrito de Viana do Castelo, a residência paroquial da mesma freguesia, para nela funcionar uma escola de ensino primário, sendo esta cedência feita a título precário de arrendamento, pela renda annual de 6\$000 réis, que serão pagos a comissão central de execução da citada lei, por intermédio da respectiva comissão de administração dos bens eclesiásticos, e ficando a cargo da arrendatária as despesas de reparos e necessária apropriação e bem assim as de conservação e competente prémio de seguro.

Nos termos do artigo 90.º, do decreto com força de lei de 20 de Abril de 1911, cedida a Câmara Municipal do concelho de Montemor o Novo, para instalação de escolas, a igreja paroquial de S. Tiago do Escoural, hoje abandonada do culto, mediante a renda annual de 10\$000 réis, excluindo-se do arrendamento todos os altares, imagens, mobiliário e alfaias, que na dita igreja se contém, devendo a mesma renda ser entregue a comissão central de execução da lei citada, por intermédio da respectiva comissão de administração dos bens eclesiásticos, e obrigando-se a referida Câmara Municipal a segurar o edificio contra o fogo e a fazer por sua conta as despesas da reparação e conservação do mesmo edificio sem o menor onus para o Estado, e sem prejuizo do disposto nos artigos 89.º e 91.º *in fine* da citada lei.

Direcção Geral dos Eclesiásticos, em 21 de Maio de 1912. — O Director Geral, *José Caldas*.

MINISTÉRIO DA GUERRA

2.ª Direcção Geral

1.ª Repartição

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º Os officiaes e praças de pró do exército e da marinha, em serviço de vigilância nas fronteiras em virtude das medidas de segurança politica e de ordem pública adoptadas, desde Julho de 1911, tendo, além dos soldos, prês e gratificações dos respectivos postos, o